

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação, através do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para o fornecimento de materiais esportivos a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável por igual período conforme art. 84 da Lei 14.133/21, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/21 e art. 3º, inciso I, II e V do Decreto Federal n.º 11.462/2023.
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do Art. 33, inciso I da Lei 14.133/21

1.6 Aquisição de materiais esportivos a fim de atender às demandas dos núcleos de iniciação esportiva e de atividades para a terceira idade executados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	COLETE esportivo reforçado, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, tamanho único “G”; material: 100% poliéster; medidas aproximadas: mínimo de 65cm de altura x 40cm de largura, que expande devido aos elásticos laterais. 6 cores diferentes (50 de cada cor). Com personalização tamanho A4 frente e costas com a logomarca da Secretaria de Esportes e Lazer de Nova Friburgo.	464824	UND	300
02	KIMONO DE JIU-JITSU completo (paletó, calça e faixa branca), tamanho M1 , confeccionado em tecido de algodão ord. Trançado tipo “LEVE”, com lapela reforçada, gramatura aproximada de 350 a 450 gr/m ² para os paletós e de aprox. 200gr/m ² para as calças, cor branca ou azul. Todos os kimonos devem ser personalizados com a logomarca da Secretaria Mun. de Esportes e Lazer sublimada em tamanho A4 nas costas.	303495	UND	25



03	<p>KIMONO DE JIU-JITSU completo (paletó, calça e faixa branca), tamanho M2, confeccionado em tecido de algodão ord. Trançado tipo “LEVE”, com lapela reforçada, gramatura aproximada de 350 a 450 gr/m² para os paletós e de aprox. 200gr/m² para as calças, cor branca ou azul.</p> <p>Todos os kimonos devem ser personalizados com a logomarca da Secretaria Mun. de Esportes e Lazer sublimada em tamanho A4 nas costas.</p>	303499	UND	25
04	<p>KIMONO DE JIU-JITSU completo (paletó, calça e faixa branca), tamanho M3, confeccionado em tecido de algodão ord. Trançado tipo “LEVE”, com lapela reforçada, gramatura aproximada de 350 a 450 gr/m² para os paletós e de aprox. 200gr/m² para as calças, cor branca ou azul.</p> <p>Todos os kimonos devem ser personalizados com a logomarca da Secretaria Mun. de Esportes e Lazer sublimada em tamanho A4 nas costas.</p>	303500	UND	25
05	<p>KIMONO DE JIU-JITSU completo (paletó, calça e faixa branca), tamanho A1, confeccionado em tecido de algodão ord. Trançado tipo “LEVE”, com lapela reforçada, gramatura aproximada de 350 a 450 gr/m² para os paletós e de aprox. 200gr/m² para as calças, cor branca ou azul.</p> <p>Todos os kimonos devem ser personalizados com a logomarca da Secretaria Mun. de Esportes e Lazer sublimada em tamanho A4 nas costas.</p>	444661	UND	30
06	<p>KIMONO DE JIU-JITSU completo (paletó, calça e faixa branca), tamanho A2, confeccionado em tecido de algodão ord. Trançado tipo “LEVE”, com lapela reforçada, gramatura aproximada de 350 a 450 gr/m² para os paletós e de aprox. 200gr/m² para as calças, cor branca ou azul.</p> <p>Todos os kimonos devem ser personalizados com a logomarca da Secretaria Mun. de Esportes e Lazer sublimada em tamanho A4 nas costas.</p>	444663	UND	30
07	<p>CONE esportivo; material: plástico flexível; tamanho: no mínimo 23cm de altura, base de no mínimo 13cm de diâmetro.</p>	447976	UND	160



08	CONE esportivo do tipo “chapéu chinês”; material: plástico flexível ou polímero siliconado; no mínimo 4cm de altura.	447975	UND	160
09	BOLA DE FUTSAL , confeccionada em PU, com peso aproximado de, no mínimo, 400g; tamanho aproximado de 60cm de circunferência. (Referência: <i>Penalty RX, Topper Futsal 500</i> , etc.)	617731	UND	30
10	BOLA DE HANDEBOL H1 , confeccionada em poliuretano, com sistema antiderrapante, costurada a mão, com circunferência mínima de 48cm; peso aproximado de 260g a 330g, matrizada com 32 gomos. (Referência: <i>Penalty Suecia, Kempa Spectrum, Mikasa HB3000</i> , etc.)	450234	UND	05
11	BOLA DE HANDEBOL H2 , confeccionada em poliuretano, com sistema antiderrapante, costurada a mão, com circunferência mínima de 54cm e peso aproximado de 325g a 375g, matrizada com 32 gomos. (Referência: <i>Penalty Suecia, Kempa Spectrum, Mikasa HB3000</i> , etc.)	450233	UND	15
12	BOLA DE HANDEBOL H3 , confeccionada em poliuretano, com sistema antiderrapante, costurada a mão, com circunferência mínima de 58cm e peso aproximado de 400g a 475g, matrizada com 32 gomos. (Referência: <i>Penalty Suecia, Kempa Spectrum, Mikasa HB3000</i> , etc.)	450232	UND	20
13	BOLA DE VÔLEI de quadra, confeccionada em microfibras, com circunferência de aproximadamente 64cm a 67cm e peso médio de 260g a 280g, forro termofixo, matrizada com 18 gomos. (Referência: <i>Penalty VP500, Mikasa V200W</i> , etc.)	403837	UND	15
14	BOLA DE FUTEBOL de campo, com revestimento de PU ou TPU, costurada, com circunferência de aproximadamente 67cm a 73cm e peso de aproximadamente 400g, matrizada com 12 gomos. (Referência: <i>Topper Slick, Penalty Bravo, Penalty Furia</i> , etc.)	480257	UND	30
15	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY , confeccionada em PU, com costura reforçada, circunferência de 66cm a 69cm e peso entre 420g a 435g, com câmara de ar de borracha. (Referência: <i>Topper Slick, Penalty Bravo, Penalty Furia</i> , etc.)	472016	UND	20

16	BOLA DE BASQUETE Adulto, tamanho masculino matrizada, confeccionada em borracha e microfibra. Tamanho: de 75 a 78cm de diâmetro e 530 a 610g de peso. (Referência: <i>Molten BG3800, Tarmak BT500, Spalding TF500</i> , etc.)	305575	UND	20
17	BOLA DE FUTMESA tamanho 5, confeccionada em poliuretano. Tamanho: de 68 a 70cm de diâmetro e 410 a 450g de peso. (Referência: <i>Mikasa Ft-5, Penalty XXI</i> , etc.)	450238	UND	15
18	ESCALADA DE AGILIDADE , confeccionada em fita cadaço de 40mm no mínimo, extensão total de, no mínimo, 4 metros e largura mínima de 45cm; degraus ajustáveis confeccionados em PVC.	615895	UND	10
19	CRONÔMETRO DIGITAL PROGRESSIVO DE MÃO para treinos, com mostrador de hora, minuto e segundo, com funções de cronômetro, 2 tempos, calendário, alarme programado, alarme de hora; resolução 1/100 segundos, alimentado por pilhas/baterias; material: plástico e componentes eletrônicos. (Referência: <i>Vollo, Cassio, Anytime, Luattek, Incoterm</i> , etc.)	486477	UND	10
20	APITO profissional, com embocadura anatômica, confeccionado em metal ou plástico, com cordão de nylon e bolinha interna, tamanho G (aproximadamente 5cm de comprimento x 2cm de largura).	429784	UND	10
21	BOMBA DE AR PARA ENCHER BOLAS , tamanho padrão, confeccionada em plástico, polipropileno ou metal, com mangueira e agulha de metal rosqueável. Com sistema de duplo fluxo de enchimento.	471994	UND	20
22	TAPETE PARA YOGA, GINÁSTICA OU PILATES , confeccionado em PVC macio (cloreto de polivinila), tamanho padrão aproximado de 173cm x 61cm. (Referência: <i>Vollo, Asana, Atrio</i> , etc.)	465034	UND	50
23	REDE DE FUTSAL nas medidas e padrões oficiais, fio 4mm, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 12x12, dimensões aproximadas de 3,20m de largura x 2,10m de altura x 40cm de recuo superior x 80cm de recuo inferior, seguindo o padrão oficial.	464744	PAR	20

24	REDE PARA ARO DE BASQUETE modelo “chuá”, fio 4, confeccionada em polipropileno ou polietileno virgem, com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 7x7 e dimensões mínimas de 40x45cm.	237439	PAR	30
25	REDE PARA BALIZA DE FUTEBOL DE CAMPO , nas medidas e padrões modelo Amador/Semiprofissional, fio 4, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 12x12, com dimensões aproximadas de 7,50m de largura por 2,50m de altura. 0,60m de recuo superior e 2m de recuo inferior.	472017	PAR	10
26	REDE PARA BALIZA DE FUTEBOL SOCIETY , nas medidas e padrões oficiais, fio 4, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 14x14 ou aproximado, com dimensões aproximadas de 5,20m de largura por 2,30m de altura. 0,80m de recuo superior e 1,50m de recuo inferior.	290166	PAR	10
27	REDE DE VÔLEI , nas medidas e padrões oficiais, com 4 faixas sintéticas, com cabo de aço nas faixas superior e inferior, fio 2 a 5, confeccionada em polietileno com tratamento ultravioleta contra ações do tempo, malha 10x10 ou aproximado, com dimensões aproximadas de 9,50m de comprimento por 1m de altura.	619058	UND	10
28	TATAME dupla face (bicolor), confeccionado em E.V.A., nas medidas de 1m por 1m, com 30mm de espessura.	419068	UND	75
29	BASTÃO DE GINÁSTICA com 1,5m de comprimento, confeccionado em PVC, com ponteiros de borracha e sistema de carga fixa 1kg.	387953	UND	50
30	SUPER BAND extensor elástico de média compressão. Confeccionado em látex de alta resistência. Com medidas aproximadas de 208cm por 2,2cm de largura e 0,5cm de espessura.	618126	UND	60

1.7 O objeto desta contratação trata-se de bem comum, não se enquadrando como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, e prorrogável por igual período conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

1.9 Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência serão decorrentes de Atas de Registro de Preços e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, nos termos do capítulo V da Lei 14.133/21.

1.10 O objeto da licitação não possui natureza contínua.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 A contratada deverá observar que os itens que compõem a presente contratação deverão ser itens que apresentem baixo impacto sobre recursos naturais, como fauna, flora, água, ar e solo, conforme se depreende do art. 4º do Decreto Federal nº 7746/2012.

4.1.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.1.2.1 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

ITEM	DESCRIÇÃO
09	BOLA DE FUTSAL Referência: "Penalty RX", "Topper Futsal 500", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
10	BOLA DE HANDEBOL H1 Referência: "Penalty Suecia", "Kempa Spectrum", "Mikasa HB3000", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.

11	BOLA DE HANDEBOL H2 Referência: "Penalty Suecia", "Kempa Spectrum", "Mikasa HB3000", etc, à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
12	BOLA DE HANDEBOL H3 Referência: "Penalty Suecia", "Kempa Spectrum", "Mikasa HB3000", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
13	BOLA DE VÔLEI Referência: "Penalty VP500", "Mikasa V200W", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
14	BOLA DE FUTEBOL Referência: "Topper Slick", "Penalty Bravo", "Penalty Furia", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
15	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY Referência: "Topper Slick", "Penalty Bravo", "Penalty Furia", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
16	BOLA DE BASQUETE Referência: "Molten BG3800", "Tarmak BT500", "Spalding TF500", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
17	BOLA DE FUTMESA Referência: "Mikasa Ft-5", "Penalty XXI", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
19	CRONÔMETRO DIGITAL PROGRESSIVO DE MÃO Referência: "Vollo", "Cassio", "Anytime", "Luatek", "Incoterm", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.
22	TAPETE PARA YOGA, GINÁSTICA OU PILATES Referência: "Vollo", "Asana", "Atrio", etc., à luz do art. 41, inciso I, alínea d, da Lei 14.133/2021.

4.1.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.4 Não haverá exigência das garantias da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que o referido dispositivo legal deixa facultado à autoridade competente a sua exigência, o que não se vislumbra na presente contratação.

4.1.5 A contratada deverá fornecer os materiais de acordo com os padrões mínimos de qualidade exigidos, que garantam a resistência, durabilidade e desempenho adequado para a prática desportiva;

4.1.6 A contratada deverá respeitar o prazo de entrega de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho;

4.1.7 Os materiais deverão ser entregues em plenas condições de uso e com garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação, a contar da data da entrega, a garantia deverá cobrir eventuais reparos, substituição de peças ou, se necessário, substituição integral do equipamento/material, sem custos adicionais para a Administração Pública;

4.1.8 Os equipamentos devem respeitar os padrões e medidas descritos no Termo de Referência.

4.1.9 A contratada será responsável por realizar as entregas dos itens no local designado pela Administração, em conformidade com as datas e horários previamente acordados, o transporte e o manuseio dos equipamentos até o local da entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá garantir que os itens cheguem em perfeitas condições, embalados e protegidos adequadamente.

4.1.10 Caso os equipamentos não estejam em perfeitas condições, a contratada será responsável por realizar a troca do produto.

4.1.11 Exigência de amostras por catálogo.

4.1.11.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer se reserva o direito de solicitar amostras por catálogo dos itens para análise da qualidade, de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade, e descrição do objeto, visando ao atendimento dos interesses do órgão solicitante;

4.1.11.2 As amostras por catálogo serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo fiscal da contratação;

4.1.11.3 As amostras, por catálogo, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação, e deve conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e/ou validade, composição, peso, tamanho, circunferência, etc.);

4.1.11.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras por catálogo foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

4.1.11.5 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido pela Comissão de Licitação, a partir de fundamentação justificada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.11.6 No caso de não haver apresentação de amostra por catálogo ou ocorrer atraso na apresentação deste, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dessa amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.11.7 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, análise da qualidade, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

4.1.11.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.11.9 Se a(s) amostra(s) por catálogo apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.11.10 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, caso necessário, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER;
AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001;
DE SEGUNDA À SEXTA DAS 9H ÀS 17H.**

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9.1 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9.2 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.3 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.4 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.5 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9.6 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9.7 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9.8 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001.**

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, situada à **AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001, de segunda à sexta das 9h às 17h.**

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. (https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.htm)

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 7.4.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.4.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 7.4.1.3 FGTS;
- 7.4.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 7.4.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 7.4.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento nos termos do art. 17, §2º c/c art. 28, I, art. 33, I, e art. 78, IV da Lei 14.133/21, além do art. 3º, V, do Decreto Federal nº 11.462/23.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.11.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da

respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.11.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da

prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.11.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.11.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.11.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.11.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.13 Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.13.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.14 Qualificação Técnica:

8.14.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,

endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1 advertência;
- 10.3.2 multa;
- 10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 121.847,45 (cento e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Esportes e Lazer	60001.2781200451.072	1720000000017	33.90.30-03

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de Referência elaborado por este subscritor, auxiliado pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Nova Friburgo/RJ, 29 de julho de 2025.

ELABORADOR:	APOIO ADMINISTRATIVO:
<hr/> MATHEUS MOREIRA SANGLARD Matr.: 302.002	<hr/> BÁRBARA LIMA RIBEIRO PLÁCIDO Matr.: 063.709

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

JOÃO VICTOR DE CARVALHO DUARTE
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Matr.: 063.733